

Síntese da Tese de Doutorado: **Violência e Gênero em Notícias do Oeste Paranaense (1960-1990)**



Dra. Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
zimmermantania@hotmail.com

A pesquisa que deu origem a esta tese teve como fios condutores as representações sobre relações de gênero e violência na imprensa escrita e falada do Oeste do Paraná, especialmente as situações de violência que envolveram mulheres em suas tramas abrindo algumas trilhas nas quais se entrecruzam jogos de poder, violência e resistências de gênero. Dadas algumas trajetórias do processo de construção de distinções sociais, da formação e consolidação dos meios de comunicação, das elites e de instituições como a polícia, práticas discursivas construíram os elos nos quais se justificavam as desigualdades de toda ordem. A maneira como as mulheres protagonistas de situações de violência eram representadas nas notícias apontava para um processo civilizador, que se constituía no interior das relações de gênero como desigual. Mas, esse processo encontrou cotidianamente oposições e esteve o tempo todo sendo questionado pelas idéias veiculadas pelos movimentos feministas.

Ao abrigar alguns discursos e representações nas notícias sobre família, feminismo, movimento de mulheres, divórcio e maternidade mais se abria o leque sobre o que constituiu ao longo dos anos a generificação da violência nos meios de comunicação do Oeste do Paraná. Os discursos eram generificados, porque não se admitiam outras expectativas sociais do que aquelas edificadas na longa duração para as mulheres e para os homens. As representações sobre o “amor materno” tiveram um papel muito relevante na construção desse processo. Ao não se admitir que determinadas práticas fossem perpetradas por mulheres embora se admitisse que pudessem ser perpetradas por homens em algumas circunstâncias, como é o caso de

assassinatos e espancamentos, a exposição pública dos corpos e dos crimes constituía já uma forma de punição para essas mulheres que ousavam sair dos papéis a elas pré-determinados.

Das camadas populares, a aparição de pessoas nas notícias relacionava-se à infração das regras instituídas, especialmente quando se confrontaram com o poder. Mas não se tratava apenas de confronto no interior dos jogos de poder entre as pessoas comuns, agentes policiais, jornalistas e de outras pessoas de fala autorizada, mas num sentido de resistência do jogo e de recusa do próprio jogo, sobretudo por algumas mulheres.

As mulheres pela natureza frágil e meiga não deveriam ser protagonistas de violência, diferente dos homens envolvidos nas competições de guerras, conflitos por terras e na defesa da honra ainda tão presentes no cotidiano dessa região. A frequência como elas aparecem deveria amedrontar a todas para reforçar a imagem de indefesas, da necessidade de proteção em um lar e de um homem protetor. A possibilidade de proteção para mulheres permaneceu, mas as situações de violência contra e das mulheres não impediu a circulação em notícias sobre as pretensões de autonomia para mulheres de todas as classes sociais, inclusive pelo fim da violência.

Para mulheres consideradas más havia uma implicância social enorme, uma vez que cabia a todas elas a responsabilidade pela quantidade e qualidade das pessoas que constituíram as cidades e o mundo rural. Para ser uma cidade progressista, desigualdades por dentro das relações de gênero eram edificadas. O corpo biológico envolvia o estabelecimento de fronteiras, mas era pela cultura que se definia as identificações para as mulheres como a exclusividade da maternidade e comportamentos como a contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor e silêncio. Assim, o destino delas era culturalmente fundamentado e isso justificava que os meios de comunicação cobrassem medidas repressivas e punitivas da polícia e judiciário sobre as mulheres que não desempenham suas funções conforme o modelo proposto de civilidade. É pela ótica do progresso e da civilização que então poderia se punir mais as mulheres do que os homens protagonistas da violência nas notícias, afinal elas eram responsabilizadas pela paz social.

Nestas mulheres protagonistas de violência estavam os paradoxos do progresso. Mulheres que não se enquadravam no modelo idealizado de família de alguma forma resistiram não só na defesa de si e de familiares com violência, mas matavam quando

não dispunham de outras possibilidades. Culpar as mulheres pelo ócio, vício e miséria de si e especialmente de pessoas da família era um fardo pesado de mais para carregarem sozinhas e muitas delas se revoltaram. Elas são as mulheres infames.

Porque então as mulheres infames ganhavam tanto destaque em notícias? O espaço destinado a estas notícias, o local da publicação no jornal e os aspectos da linguagem possuem relação com o gênero e muitas vezes com a classe social das pessoas envolvidas. Assim por exemplo uma mulher que sem razão perpetrava uma ação de violência considerava-se pelas notícias como uma aberração da natureza, uma monstruosidade ou uma loucura. O destaque dado às mulheres protagonistas de situações de violência parecia por vezes justificar ou amenizar a violência por elas sofridas uma vez que o monopólio da violência física e simbólica era masculina. Outras vezes, mulheres ao mirarem-se nos exemplos das infames pareciam ser encorajadas pela imprensa a temer os homens para delimitar seus comportamentos. A associação comum entre o uso da força e poder aos homens não se limitava as questões penais. As mulheres deviam reforçar os sentidos do poder masculino ao considerar a sua utilização, ou seja, para a sua proteção.

A maioria das situações de violência protagonizadas por mulheres teve como cenário o espaço doméstico. São situações de violência na casa, na família ou na redondeza. Mães que matam seus filhos, brigas de vizinhas, mulheres grávidas espancadas, mulheres que espancam os companheiros, empregadas que matam filhos do patrão, avó que mata a sua neta. Muitas destas situações colocavam frente a frente parceiros de diferentes gerações. O par formado por uma criança e por uma mãe quase sempre esteve presente nas notícias cotidianas. A mãe por “natureza” é boa como, por exemplo, nas histórias infantis onde as madrastas é que são malvadas. O instinto maternal era considerado essencialmente bom. Então, as relações que envolvem idade e parentesco valem como as relações mais sagradas e mais naturais e também como as mais inocentes. São crimes mais contra a natureza do que contra a sociedade porque ligavam famílias e gerações e para tanto o destaque nas notícias assume a idéia de uma tragédia.

Nesta pesquisa percebe-se que não havia dificuldades em demonstrar e descrever imagens de mulheres assumindo estratégias diferentes das normatizações (apaixonada, frágil, do lar, mãe). Em sua maioria mulheres em situação de violência são fotografadas de forma a denotar a idéia de perda da feminilidade, muitas delas associadas à loucura e

em linguagem de deboche e são mulheres pobres que buscavam pela sobrevivência de si e muitas vezes de seus familiares. Percebe-se que grande parte das mulheres infames são empurradas para a violência devido desconhecimento de outras possibilidades e das leis. Outras conheciam as falhas da lei e das autoridades em não punir ou com punições brandas por serem mulheres e algumas o faziam por que assim o desejavam, mas sem um motivo nas notícias. A prática de violência sem um motivo claro somado a falta de arrependimento para os produtores de notícias caracterizava uma mulher como “monstra”.

Muitas das pessoas que sofreram a violência protagonizada por mulheres foram homens, geralmente companheiros. Mas homens não são considerados socialmente aptos como vítimas devido à expectativa social e individual da masculinidade, fortemente marcado pelo *vis*, ou seja, pelo sentido afirmativo da força sexual de um homem e a força exercida contra alguém. E mulheres como ativas em situação de violência não correspondem ao ideal de feminilidade produzindo o mito da mulher apaziguadora e esperançosa.

A apropriação pelo jornal e jornalista da vida das mulheres em situação de violência esvaziou o conhecimento das singularidades. As dimensões essenciais da existência como a dor da violência simbólica e física, a solidão, o silêncio, sentimentos como o ciúme e a raiva destas mulheres possuem pouca relevância na narração das situações de violência. Somente os homens por raiva e ciúmes podem matar e fazer sofrer por perda temporária dos sentidos. Pela suposta natureza passiva das mulheres não se admitia a instabilidade de suas emoções. Ao construir distinções corporais entre mulheres e homens nas situações de violência mantinham-se generalizações equivocadas como “[...] as mulheres são cuidadosas em suas relações, capazes de alimentar, proteger e cuidar, enquanto os homens são agressivos e combativos [...]”.¹ Mas elas não se entregaram passivamente ao destino proposto de civilidade no Oeste do Paraná. Nas notícias sobre as mulheres infames percebia-se que elas não estavam agindo, nem pensando como juízes, jornalistas e parte da elite. Isto também contraria a idéia da passividade feminina.

Muitas mulheres em situação de violência não se intimidaram frente às ameaças de autoridades constituídas pelas fardas e jalecos brancos e foram a imprensa denunciar abusos contra as suas vidas e seus modos de sobrevivência. Em confronto com o poder

¹ NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, ano 8, n. 2, 2000, p. 29.

elas não deveriam denunciar o que não era denunciável porque sofrer alguma forma de violência pelo imperativo da culpa (apanhou do marido e sabia porque) era “natural”. Aí se produziu uma distância entre os gêneros frente às ameaças das autoridades que não permitiram questionar o abuso do poder masculino.

Embora a imprensa em suas notícias acusasse a violência perpetrada pela elite e de autoridades policiais contra as mulheres, socialmente em nome do progresso e da civilização induzia-se a determinada visibilidade destas situações de violência na região Oeste do Paraná. Os recursos dos meios de comunicação estavam mais disponíveis para as falas autorizadas e estas também são generificadas, ou seja, há dois pesos e duas medidas para um homem e uma mulher como protagonista de violência em relação à punição. Estas desigualdades revelam que por dentro do gênero e das situações de violência os estigmas ganham força produzindo possibilidades da continuidade da violência quer seja entre homens, entre homens e mulheres e contra mulheres. Com estas desigualdades poucas possibilidades estarão disponíveis para que mulheres e homens conheçam outras formas de invenção de liberdade e felicidade.

Por fim, ao tentar escamotear os problemas enfrentados por mulheres na região, as notícias apresentavam-se como um empecilho para inspirar uma pesquisa sobre as situações de violência. Mas a simpatia pelas mulheres infames correspondeu ao entendimento de que as aflições exigem um lugar em que possam ser reconhecidas e ser visíveis. A condição social construída para as mulheres e, por vezes, o sofrimento de toda ordem destas mulheres teve uma trajetória na experiência humana. Dividir, classificar, restringir espaços e comportamentos e opor seres humanos pela invenção do sexo data de vários séculos. Para estas mulheres infames, as angústias e todas as formas de sofrimento desorientam, derrotam desejos e as tornam infelizes. Ao aceitar angústias, raivas e sofrimentos talvez estejamos próximos a assumir às dores alheias presentes no cotidiano. Mas como enveredar por esse caminho? Talvez se conseguir admitir que a sociedade não se importa com certo tipo de sofrimento, que a infelicidade das mulheres veio de algum outro lugar e de que a dor deriva do mandamento divino que nos obriga a ignorar estas situações. Ser respeitoso quando mulheres e homens se insurgem talvez espreite por baixo das portas da história o que a rompe e a agita.

Unitermos: violência, gênero, notícias